



PARECER PRÉVIO Nº 44/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11471/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Eirunepé.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Raylan Barroso de Alencar (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Ênia Jéssica da Silva Garcia - OAB/AM 10.416, Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4.177, Patrícia Gomes de Abreu - OAB/AM 4.447, Fabricia Teliéle Cardoso dos Santos - OAB/AM 8.446 e Eurismar Matos da Silva - OAB/AM 9.221.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5005/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Eirunepé. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais. Ofício.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas do Prefeito do Município de Eirunepé, **Sr. Raylan Barroso de Alencar**, relativas ao exercício financeiro de 2017, tendo em vista a configuração de irregularidades de cunho formal, que não maculam a totalidade da gestão, tal como constante na fundamentação *supra*;
- 10.2. **Oficiar** à Câmara Municipal de Eirunepé para que cumpra o disposto no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, especialmente quanto ao prazo de sessenta dias para o julgamento das Contas do Prefeito, **Sr. Raylan Barroso de Alencar**, contados da publicação no DOE do presente Parecer Prévio.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.



PARECER PRÉVIO Nº 44/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Data da Sessão: 8 de Outubro de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 44/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 44/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11471/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Eirunepé.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Raylan Barroso de Alencar (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Ênia Jéssica da Silva Garcia - OAB/AM 10.416, Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4.177, Patrícia Gomes de Abreu - OAB/AM 4.447, Fabricia Teliéle Cardoso dos Santos - OAB/AM 8.446 e Eurismar Matos da Silva - OAB/AM 9.221.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5005/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Eirunepé. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Eirunepé, referente ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade do ordenador de despesas, **Sr. Raylan Barroso de Alencar**, conforme o art. 22, inciso II c/c art. 24, da Lei nº 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Raylan Barroso de Alencar** no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais), fundamentada no art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96 e no art. 308, VII, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por impropriedades identificadas e não sanadas, descritas nos itens 9, 25-28, 33-36, 42-45, 49-50, 54, 55-56, supra; que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do



ACÓRDÃO Nº 44/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 44/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Raylan Barroso de Alencar no valor de **R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), fundamentada no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, I, "a", da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, face à inobservância dos prazos legais para remessa ao TCE/AM, via E-Contas, os balancetes e demonstrações contábeis, dos doze meses do exercício financeiro de 2017 (R\$ 1.706,80, por mês de competência); que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.4. Determinar à prefeitura de Eirunepé:

10.4.1. Que cumpra o disposto no art. 9º, da Lei Complementar 06/1991;

10.4.2. Que cumpra artigo 15, §1º da Lei Complementar nº 06/1991, com redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e na Resolução nº 07/2002-TCE, remetendo os balancetes e documentos contábeis via E-Contas;

10.4.3. Que cumpra o art. 94 e 96 da Lei nº 4.320/64;

10.4.4. Que cumpra o disposto no art. 48 e seguintes da LC 101/2000;

10.4.5. Que cumpra o disposto no art. 2, da Resolução nº 27/2012 – TCE/AM, que exige um arquivo completo de toda a documentação pertinente por obra, tais como: o processo licitatório, ato de Nomeação da Fiscalização; ART dos projetos, processos de pagamentos, a manutenção de registro de imagens com datas (fotográfico ou similar) do antes do início, durante a execução e da conclusão da obra ou serviço;



ACÓRDÃO Nº 44/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 44/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

10.4.6. Que cumpra o art. 67, § 1º da Lei 8666/93 e art. 73, I, "a" e "b" da Lei 8666/93;

10.5. Determinar à próxima Comissão de Inspeção que dê especial atenção aos itens alvo de determinação à origem, visando verificar a ocorrência de reincidência;

10.6. Notificar o Sr. Raylan Barroso de Alencar e demais interessados, com cópia do Relatório/Voto e o presente Acórdão, para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Outubro de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral